



INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA LÓGICA INCLUSIVA

Mônica Zavacki de Moraes- UFSM

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar os movimentos nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia a partir da inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais no ensino superior. Como materialidade de análise para esse trabalho, assumi uma pergunta base realizada com os alunos dos cursos referidos de uma determinada universidade. Nessa lógica, investe-se em si aquele sujeito que aprende a Libras, que por sua vez investirá no surdo para que ele também possa conquistar condições de autoinvestimento. Assim, todos desenvolvem cada vez mais condições de inclusão nas redes de consumo operadas dentro de uma racionalidade neoliberal. As questões da diferença expostas nos textos oficiais, aqui menciono, as políticas inclusivas, mostram a idéia de uma forma de governar os sujeitos educacionais, no caso proposto, tanto os surdos divulgando sua língua, quanto professores e pessoas buscando o aprendizado da língua de sinais. A diferença nos documentos legais é um dado, é despolitizada e folclorizada. Dessa forma, percebo que as políticas que vem tratando sobre as questões da língua de sinais, especificamente, produzem um governmento da diferença.

Palavras-chave: Língua de sinais- Inclusão- Ensino superior

Pensei compor estes escritos com algumas problematizações que nos instiga frente à ampla discussão da inclusão social e educacional dos surdos. E aqui esclareço que compreendo as ações inclusivas como práticas políticas de governamentalidade, a partir das quais, por uma questão de seguridade, se torna imperativo que todos passem a ser conduzidos e autoconduzidos para um investimento em si e nos outros.

Dessa forma entendo que a inclusão passa a operar como uma biopolítica; isso porque só pensamos em incluir sujeitos nessa sociedade contemporânea porque um dia, na constituição das normas sociais, produzimos os excluídos, e aqueles marginalizados do conjunto social. Ou seja, em um contexto de seguridade, a inclusão pode ser pensada como uma biopolítica porque se passa a inventar espaços (sociais, educacionais, assistenciais...) em que todos cuidam de todos em nome da prevenção dos problemas, em nome do menor risco.

O presente trabalho tem por objetivo analisar os movimentos nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia a partir da inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS no ensino superior. Em um sentido amplo, apontando suas conexões com as atuais discussões sobre a inclusão dos surdos tanto no espaço pedagógico quanto num sentido social maior. Como materialidade de análise para esse trabalho, assumi uma pergunta base

realizada com os alunos dos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia de uma determinada universidade realizada no começo e final do semestre. Trago a pergunta base para visualização: - Que condições de possibilidade fizeram com que hoje a formação de professores e o Curso de Fonoaudiologia tivessem em seus currículos a inclusão da libras como disciplina obrigatória?

Para essa proposta, me aproximo da perspectiva pós-estruturalista, com inspiração na análise de discurso foucaultiana para fazer um exercício de pensamento, para colocar junto certas ideias, para produzir com isso novos efeitos e sentidos.

Com a contribuição desse campo de estudo, pude entender a relação que se estabelece com os Estudos Surdos, por se tratar de concepções teóricas que tomam como centralidade as questões lingüísticas, culturais e políticas por perceber que se trata de um campo contestado e conflituoso, atrelado a relações de poder. Além de algumas porções do pensamento de Michel Foucault, outros autores me auxiliaram na jornada, como: Skliar, Lopes, Costa, Veiga - Neto, Lunardi, Menezes e tantos outros.

O sujeito entendido no referencial pós-estruturalista rompe a ideia de um sujeito autônomo e reflexivo para viver em uma zona de crises e instabilidades. Nessa perspectiva o sujeito passa a ser entendido como fragmentado e não mais unificado, fixo.

É um olhar diferente - o olhar daqueles que se inspiram no pensamento do filósofo - que faz emergir das exterioridades selvagens novos saberes que, ao serem trazidos à luz, transformam-se em novos problemas, em novas perguntas até então impensadas. Aí está, sem dúvida, uma evidência do caráter edificante da perspectiva foucaultiana. (VEIGA-NETO, 1995, p. 42)

Nessa linha de pensamento, há agenciamentos de saber e de desejo – existe um motivo para a emergência de forças, qual sejam elas – que mobilizam o discurso e o anseio pela inclusão de surdos na escola e na sociedade. Assim, ainda que possamos escolher a forma de sermos governados (e escapar em breves momentos da normalidade instituída), dentro do jogo do neoliberalismo todos precisam estar na escola, e os surdos não fogem a essa normativa.

É possível visualizar a forte resistência surda com relação a inclusão quando essa é pensada em termos de espaço. A comunidade foi um grande alvo, foi gerando-se um enfraquecimento e os radicalismos foram sendo ressignificados, prevendo-se agora uma possibilidade de reação aos processos de normalização. Com o passar dos anos, outras estratégias de mobilização políticas foram tornando-se estratégias de poder, sendo produzidos diversos discursos que defendem a necessidade de que todos tenham acesso ao conhecimento, todos tenham condições de circulação, todos desenvolvam autonomia para gestar suas vidas e

nessas instâncias, a resistência surda aparece esmaecida, o que faz com que também esses sujeitos passem a ser conduzidos dentro da lógica inclusiva.

Diante desse contexto, tomo os discursos políticos contidos no Decreto 5.626/05 – promotor do reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira como língua oficial da comunidade surda e os atravessamentos sociais que demandam dele ações políticas, no quesito específico que oficializa as mudanças curriculares como ponto de partida para problematizar a racionalidade de governo neoliberal para uma sociedade inclusiva e seus efeitos em termos de condução do sujeito surdo.

Um dos fatores relevantes para as novas políticas inclusivas nas universidades é a adequação curricular imposta na vigente legislação que oficializa e reconhece a Língua de Sinais Brasileira (Lei 10.436/02 regulamentada pelo Decreto 5.626/05 como disciplina obrigatória nas licenciaturas gerais e nos cursos de Fonoaudiologia. Outro documento que acredito estar capturado dentro desses princípios inclusivos é o Curso de Graduação de Licenciatura em Letras - Língua Brasileira de Sinais. Este curso específico atende a uma demanda especial, motivada pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC para responder ao compromisso com as políticas de inclusão social, viabilizando a oferta deste Curso de Graduação para a formação de professores que possam apropriadamente atuar como professores de Libras. Ou seja, esse curso “oferece” a oportunidade de auto-investimento para os sujeitos surdos que investindo em si poderão alcançar autonomia para usufruir do acesso ao mundo do consumo da informação, da concorrência, da competitividade... o mundo gestado pela lógica do mercado, no qual todos precisam estar inseridos.

Propor pensar este tema acompanhada de teóricos pós-modernos é pensar a dupla articulação da inclusão da disciplina de Libras na instituição superior como promotora de visibilidade lingüística às diferenças surdas, de um lado, mas de outro possível agenciadora do discurso de uma inclusão onde todos devem ser incluídos, mas em diferentes níveis de participação e conforme a lógica do mercado.

Foi uma conquista muito grande para a comunidade surda a obrigatoriedade da libras, pois os surdos começaram a ingressar na universidade, tempos atrás, não víamos tantos surdos na academia como hoje. (Aluna do Curso de Pedagogia)¹

Com base nesses movimentos de lutas políticas e linguísticas, é relevante pontuar que a partir da legislação tivemos uma maior movimentação e visibilidade de surdos circulantes

¹ A fonte grifada em itálico significa a resposta dos alunos conforme a pergunta base explicitada no começo do texto.

na academia. Aumentou o número de professores surdos que passam a lecionar a disciplina de Libras, e de outro modo, aumentou também o índice de estudantes surdos nas variadas instituições, fator agregado à presença legal de intérpretes de Libras nas instituições.

Importantes fatores foram responsáveis por essas conquistas, como oficialização da Libras, oferta de cursos de formação de professores e intérpretes, pesquisas na área da educação de surdos, implantação da disciplina nos currículos das licenciaturas e Fonoaudiologia e a criação do Curso de Letras Libras - licenciatura e bacharelado.

Partindo-se desses movimentos políticos postos em funcionamento, em benefício da divulgação da Libras que propõe a inclusão no ensino, trago para esse texto situações que se mostram dúbias se formos pensar nas lutas e reivindicações da comunidade surda.

De acordo com o Decreto 5626/2005, a Libras passou a fazer parte dos currículos das licenciaturas e Fonoaudiologia, mobilizando a militância surda pelo reconhecimento da diferença, o que ocorreu dentro de um contexto de efetivação das ações inclusivas, contexto esse em que as políticas de inclusão, em suas diferentes esferas, acabaram constituindo e produzindo a inclusão como obrigatória, como um imperativo na vida de todos. No entanto, algo que deve ser mencionado com cautela e que gostaria de salientar é a forma como vem se constituindo a Língua de Sinais nessa lógica, tomando uma única disciplina semestral, como manual de inclusão dos surdos na escola e na sociedade. Bem sabemos que o aprendizado de uma língua transcende a sala de aula, exigindo um contexto e contato com a cultura em questão, e mais, uma educação bilíngüe pede ao professor a fluência na língua e a circulação justa das línguas envolvidas na escola de modo que ambas tenham o mesmo prestígio e rigor (Souza, 2006).

Eu sempre achei interessante o modo como os surdos “falam”, sempre gostei, a inclusão da disciplina no curso possibilitou que eu tivesse alguma noção sobre a língua dessas pessoas. Para mim será importante, terei um diferencial no meu currículo, apesar de achar que apenas um semestre não dá conta...(Aluna do Curso de Letras)

Assumir esse olhar para entender como a disciplina de Língua Brasileira de Sinais passa a ser produzida como obrigatória, me possibilita entender como ela passa a ser imperativa na vida dos sujeitos, pois o Estado passa a operar diferentes estratégias para que ninguém fique de fora do mercado e que cada vez mais pessoas sejam beneficiadas. Mesmo que todos sejam capturados, cada um ocupará um espaço específico nessa relação de concorrência que o mercado incita. Dessa forma, mesmo que a igualdade de oportunidades seja anunciada, ela só garantirá o acesso às redes sociais, nas quais só permanecerá em condições de jogo aqueles que não cessarem de se investir, sempre mais e melhor.

[...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, incluídas, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (VEIGANETO; LOPES, 2007, p. 958).

Dessa forma, as instituições que hoje buscam atender a obrigatoriedade da disciplina de libras nos seus currículos além de atender a uma obrigatoriedade legal, fazem com que tanto os professores em formação, quanto os surdos estejam incluídos nessas práticas de autoinvestimento permanentes.

“Marcadamente, a inclusão aparece na política como determinante que orienta a própria necessidade de sua criação” (LOPES, 2009, p. 161), dentro dessa concepção a obrigatoriedade da disciplina aparece como um princípio formalizador essencial do mercado, isto é, uma governamentalidade que interfere intensivamente na sociedade, na subjetividade e na conduta dos indivíduos.

Nessa esteira de inclusão da sociedade contemporânea que modifica os sujeitos em empreendedores de si mesmos e que competem acirradamente entre si para se valorizarem no mercado é que surge a formação no Curso de Letras Libras ²mostrando-se atraente como investimento.

A lei de Libras reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a língua dos surdos brasileiros. Nesse sentido, a lei reconhece os direitos lingüísticos da comunidade surda, que passa a ter o direito de uma educação na sua própria língua. Destaca-se que a Libras é uma língua nacional, não estrangeira. Ou seja, ela não pode ser comparada simplesmente ao ensino de línguas estrangeiras, pois é uma das línguas nacionais e conta com uma comunidade que a utiliza sistematicamente dentro do Brasil – a comunidade surda brasileira; portanto, deve ser garantido o ensino desta língua entre os membros de sua comunidade e com professores de sua comunidade. Considerando-se esses aspectos, o curso de Letras-Libras tornou-se uma realidade e se justifica do ponto de vista legal, acadêmico, social e lingüístico.

A partir da inclusão da libras, cada vez mais tenho ouvido falar de surdo...(Aluna do Curso de Pedagogia)

² O Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS atende às sugestões apresentadas e às necessidades brasileiras, bem como oferece a possibilidade de formar este professor no Brasil, possibilitando a inclusão das pessoas surdas nos diferentes níveis educacionais. (PROJETO PEDAGÓGICO, p.11, 2006)

Desde quando o primeiro prazo para inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória, começou a se esgotar, as discussões sobre esse tema tornaram-se mais acaloradas, constantes e aprofundadas, e as Instituições de Ensino Superior começaram a correr contra o tempo para se adequarem à legislação federal.

De todo modo, os indivíduos e coletividades vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo “progresso” se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade. E são avaliados de acordo com os investimentos que são permanentemente induzidos a fazer para valorizarem-se como microempresas num mercado cada vez mais competitivo. (GADELHA, 2009, p.156)

Em decorrência da necessidade de atender a essa demanda da Libras no ensino superior, a inclusão da disciplina passou a ser uma das formas encontradas para que o surdo atinja uma situação social, cultural e econômica favoráveis, ou seja, esse investimento permite promover uma mudança social em curto prazo.

É legal, consigo me comunicar com um surdo que trabalha em um supermercado perto da minha casa, antes eu não via essas pessoas lá, agora consigo ter uma comunicação bem básica. (Aluno do Curso de Fonoaudiologia)

Veremos indivíduos empreendedores de si, cujo imperativos vão por uma lógica que tem no mercado seu princípio de autoinvestimento. Essa mudança se dá a partir do momento em que os alunos surdos ao serem inseridos em espaços sociais poderão estabelecer maiores interações a partir da possibilidade de disseminação da sua língua, o que por sua vez lhes dará maiores condições de autoinvestimento, maior conhecimento, maior circulação, mobilidade, etc.

Hoje o campo da Educação Inclusiva, que engloba a educação para pessoas com deficiência, compartilha, de forma cada vez mais clara, com a definição de uma educação “dita” bilíngüe para surdos, pois se o intérprete não for garantido na sala de aula, não haverá duas línguas, mas sim, a libras será utilizada somente como um recurso.

Essa definição, ainda que imprecisa, sugere que a educação bilíngüe para surdos é algo mais do que o domínio, em algum nível, de duas línguas. Se a tendência contemporânea é fugir – intencional e/ou ingenuamente – de toda discussão que exceda o plano estrito das línguas na educação de surdos, corre-se o risco de transformar a proposta bilíngüe em mais um dispositivo pedagógico “especial”, em mais uma grande narrativa educacional, em mais uma utopia a ser rapidamente abandonada. Em síntese: a educação bilíngüe pode-se transformar numa “neometodologia” colonialista, positivista, a-histórica e despolitizada. (SKLIAR, 1999, p. 07)

Por essa lógica, a língua de sinais torna-se um “objeto de consumo”, ou seja, essa estratégia possibilita um êxito na operação das condutas, pois o estado dessa forma

capilarizado permite que cada um cuide de si e dos outros permanentemente. Dizendo de outra maneira, não se trata mais de fazer o surdo ouvir, mas fazer com que cada vez mais todos corram atrás para aprender a língua de sinais, que poderá se constituir como um diferencial nos currículos. Nessa lógica, investe-se em si aquele sujeito que aprende a Libras, que por sua vez investirá no surdo para que ele também possa conquistar condições de autoinvestimento. Assim, todos desenvolvem cada vez mais condições de inclusão nas redes de consumo operadas dentro de uma racionalidade neoliberal.

Nesse contexto, inserir esses alunos nas escolas pode resultar na diminuição dos esforços empenhados pelo Estado no seu governo. Na escola dita inclusiva, cada sujeito (aluno, professor, família) que nela atua é responsabilizado pelo bom desempenho do aluno com deficiência, e todos precisam se ocupar de seu desenvolvimento, além dele mesmo. (MENEZES, 2011, p. 54-55)

Nesse argumento, a língua de sinais acaba sendo banalizada, ou seja, a língua de sinais passa a atuar muito mais como um suporte metodológico, do que reconhecida como a primeira língua do surdo. Dessa forma, entender que a diferença é a produção de um coletivo, que é o fruto de composições das forças que constituem um determinado contexto sociocultural, mostra-nos ainda que se abrir para a diferença implica se deixar afetar pelas forças de seu tempo. Trata-se de uma política que não consiste simplesmente em reconhecer o outro, respeitá-lo, preocupar-se com os efeitos que nossa conduta possa ter sobre ele; ela vai mais além, assumindo as conseqüências de sermos permanentemente atravessados pelo outro.

Acredito que hoje com a disciplina os surdos poderão estudar nas escolas comuns, juntos com os ouvintes. (Aluno do Curso de Pedagogia)

Conhecendo melhor o outro, é mais fácil governá-lo, por isso, fazer com que todos saibam libras facilita a identificação das características e processos históricos referentes a vida dos sujeitos surdos. Nessa lógica, pode-se compreender a oficialização e a obrigatoriedade da Libras como estratégias de governo pensadas em uma racionalidade neoliberal, que pretende incluir todos no mercado, diminuindo os riscos sociais produzidos por essa própria população, fazendo com que os sujeitos tornem-se cada vez mais produtivos e responsáveis pelo seu autoinvestimento.

As discussões atuais sobre igualdade e justiça para todos giram em torno do problema da inclusão/exclusão, que, por meio de estratégias de poder, define quais são os grupos que participam dessa relação. Isso envolve um imperativo no qual campanhas, políticas públicas, documentos oficiais, entre outros artefatos acabem por identificar quais são os grupos não representados, não beneficiados pelo bem público para, em seguida, encontrar maneiras de incluí-los. (LUNARDI, 2003, p. 132)

A nossa vida é regida por uma racionalidade econômica, com isso, o objetivo da inserção da disciplina de libras nos currículos gera uma economia e gestão de riscos pela inclusão, pois aumenta a inserção do sujeito na vida social, diminui a dependência das instituições e sua condição flui nas diferentes trajetórias; com isso cada vez mais vão criando-se novos espaços como cursinhos de libras, libras a distância, cursos de formação para professores do ensino básico, etc.

Acho que umas das condições para que hoje tenhamos a disciplina é o fato da política, sei de muitos professores da rede fazendo o AEE, não tenho muita informação sobre como funciona esse atendimento. (Aluna do Curso de Educação Especial)

Uma das situações dúbias que falei anteriormente refere-se ao fato de que agora, as escolas comuns amparadas pelo Decreto 5626/05 como também da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e das Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, defendem a ideia de que estão “aptas” para “lidar” com a diferença surda, pois toda a reivindicação política em torno de uma escola bilíngue acaba reduzindo tudo e somente tudo à língua.

As mídias através das propagandas do Ministério da Educação vêm construindo uma “convocação” para que todos venham estudar na escola comum, que todos, apesar das “diferenças”, vão ser acolhidos, independente da sua língua, cor, etc. Mantém-se um vínculo e uma dependência dentro da escola inclusiva, mostrando que todos irão ter a oportunidade de aprender com as diferenças. Algumas propagandas também apontam professores e colegas comunicando-se com os colegas surdos através da língua de sinais, ora, é sabido que, dentro de uma sala de aula, onde a maioria dos alunos são ouvintes, a primeira língua será a oral, e diante disso pergunto: como fica o respeito com a diferença lingüística do aluno surdo?

Eu sei de uma professora que está fazendo libras, o município parece que “obrigou” os professores da rede municipal a fazerem aulas, acho que está certo, todos precisam saber o básico. (Aluna do Curso de Pedagogia)

Com os crescentes manifestos em torno da inclusão escolar dos surdos na escola comum, é possível pensar que toda essa mobilização para que cada vez mais pessoas saibam a língua de sinais pode decorrer do fato de que, quanto mais alunos com “necessidades educacionais” na escola comum tiverem matrículas, mais recursos financeiros e institucionais a escola recebe. Sendo assim, cresce o número de investimentos e propostas pedagógicas de cursos de libras tanto das secretarias municipais, quanto estaduais, “e é esse investimento em si como condição de desenvolvimento pessoal (...) (o que justifica a necessidade de

investimento também nos outros) que possibilita que nos mantenhamos participantes das redes de consumo na lógica neoliberal” (MENEZES, 2011).

A inclusão nos alunos surdos na escola comum vem funcionar como uma estratégia de controle que opera no fortalecimento da comunidade surda em prol de uma escola bilíngue. Esse controle é necessário, pois fabrica sujeitos úteis e econômicos, para autogovernarem-se. É preciso incluir a todos na escola. “E esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere (a) e utiliza a instrumentação do poder econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2008, p. 145-146).

O professor surdo ensina mais expressões faciais e corporais, brincadeiras, o professor ouvinte ensina vocabulário e gramática da língua. (Aluna do curso de Fonoaudiologia)

Olhando para o currículo e o projeto político pedagógico do Curso de Letras Libras, percebi que esse curso, que é voltado para atender a essa população surda, “retentora” da língua de sinais, e que forma “pessoas mais bem preparadas” para atender a essa política inclusiva e ao Decreto 5626/2005, não possui disciplinas que remetem a pesquisa acadêmica, ou seja, esse curso veio para atender a uma demanda “técnica” que precisava legitimar alguns sujeitos como aqueles que seriam os mais capazes para o ensino da Libras e assim, se satisfaz, pelo menos aparentemente, a um desejo da comunidade surda que ameaçava a lógica inclusiva. Ou seja, foram criadas estratégias de políticas de inclusão social e educacional para garantir ações de normalização de pessoas que estavam ameaçando escapar a essa normalidade.

Essa capacidade de inclusão da sociedade contemporânea passa, então, pela necessidade de desenvolvimento de condições de investimento em si. Investir em si para desenvolver e acumular seu capital, aquilo que lhe dará condições de concorrência, aquilo que lhe possibilitará inventar possibilidades ainda não pensadas, resolver problemas, inovar, empreender. Hoje tais características constituem a gramática escolar, uma gramática constituída por discursos que buscam a produção de sujeitos capazes de atuação nessa sociedade que não cessa de se transformar. (MENEZES, 2011, p. 03)

A noção neoliberal discutida por Foucault nos faz entender que o sujeito econômico deverá produzir a si mesmo através de novas técnicas educacionais, ampliando as oportunidades de torná-lo um empreendedor de si mesmo. Dessa forma, as novas formas de governo através das políticas públicas, no caso, as políticas inclusivas, atuarão de forma conjunta com o mercado econômico, ou seja, o autoempreendedorismo se organizará

produzindo o capital humano, dotado de estratégias para inclusão escolar e social fazendo com que ninguém perca nada e todos tenham tudo a ganhar.

As questões da diferença expostas nos textos oficiais, aqui menciono, as políticas inclusivas, mostram a idéia de uma forma de governar os sujeitos educacionais, no caso proposto, tanto os surdos divulgando sua língua, quanto professores e pessoas buscando o aprendizado da língua de sinais. A diferença nos documentos legais é um dado, é despolitizada e folclorizada. Dessa forma, percebo que as políticas que vem tratando sobre as questões da língua de sinais, especificamente, produzem um governo da diferença.

(...) nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos. Não é portanto a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados. (FOUCAULT, 2008, p. 164)

Foucault, em *Segurança, Território e População* (2008), ao falar sobre governamentalidade, nos aponta que a dispersão das técnicas de governo está ligada a um corpo de expertises. No caso da inclusão da disciplina de libras nos cursos de licenciaturas, fonoaudiologia, entre outros esse corpo é formado por professores, psicólogos, fonoaudiólogos, orientadores educacionais, psicopedagogos, etc, “especialistas da alma surda”. Como essas técnicas têm atingido os modos de compreender a língua de sinais? Como os discursos dos expertises, com seus regimes de verdade tem afetado as lutas políticas pelo reconhecimento da língua? Como essas práticas vêm subjetivando os sujeitos surdos, nesse contexto do imperativo inclusivo, que tem por objetivo governá-los?

Deste modo, o Estado através da governamentalidade neoliberal desdobra seu controle, para que a disciplina de Libras possa ser visualizada no âmbito público como uma atividade que o Estado é o responsável, sendo necessário estabelecer vínculos, que no caso, se estende para os cursos de formação.

Dessa forma, a Língua de Sinais como já fora mencionado, passa a ser tematizada, servindo como um recurso metodológico, com isso, as articulações políticas objetivando a inclusão da disciplina nas diferentes esferas educacionais acaba produzindo um apagamento dessas fronteiras, pois na lógica inclusiva, todos sabendo a língua, o problema está resolvido.

Esse processo está sendo perverso para toda comunidade surda, pois há uma “ilusão” no reconhecimento da língua e do sujeito cultural, tornando-os folclorizados na sociedade. Meu intuito com essa pesquisa não é falar contra ou a favor das políticas inclusivas ou do Decreto 5626/2005, mas problematizar como a oficialização da Libras tem subjetivado os sujeitos surdos para sua circulação na sociedade inclusiva.

O Decreto 5626/2005 tem ajudado a comunidade surda e demais profissionais envolvidos com a área, isso não há dúvida, como cargos de docência à professores surdos, discussões com professores nas licenciaturas, mas também, há uma comercialização política da Língua de Sinais, uma possível “paralisação” das resistências surdas pelo trabalho cumprido e os perigos que um “manual rápido” que provoca e promove a inclusão e que precisam ser problematizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 outubro de 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber, BUJES, Maria Isabel Edelweiss(org). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GADELHA, Sylvio de Sousa. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Realidade**, v. 34(2), maio-ago.

LUNARDI, Márcia Lise. **A Produção da Anormalidade nos Discursos da Educação**

Especial. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva. 2011 Tese(doutorado em educação)** - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Práticas escolares em operação para a produção de subjetividades inclusivas. In: **VII Congresso Internacional de Educação: Profissão docente: há futuro para esse ofício?** Anais em cd-room. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, FLORIANÓPOLIS, 2006.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: **Atualidade da Educação Bilíngüe**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

SOUZA, R. M de. Língua de sinais e escola: considerações a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais. In: **Revista ETD (Educação Temática Digital)**. Vol. 7. Nº. 2, 2006, p. 263-278.

STROBEL, L.K. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. In: **Revista ETD Educação Temática Digital)**. Vol. 7. Nº 2, 2006, pp. 243- 252.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini (2007). Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas/SP: CEDES, p. 947-964, out, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo(org). **Crítica pós- estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.